



**PROJETO DE LEI Nº 029-14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.**

*Altera os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, da Lei Municipal nº 3.014, de 02 de setembro de 2005, o qual criou o Conselho Municipal da Juventude.*

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, da Lei Municipal nº 3.014/2005, de 02 de setembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

***“Art. 1º .....***

***§ 1º O Conselho Municipal da Juventude é órgão autônomo de caráter permanente, deliberativo, consultivo, fiscalizador e de representação da população jovem.***

***§ 2º Os recursos financeiros necessários à execução das atividades do Conselho Municipal da Juventude serão oriundos do Fundo Municipal da Juventude, a ser criado por meio de lei.***

***Art. 2º Compete ao Conselho Municipal da Juventude:***

***I – assegurar a participação da comunidade nas ações e serviços relacionados à população jovem e atuar na formulação de estratégias e controle da execução da Política Municipal da Juventude com funções consultivas, normativas, fiscalizadoras e deliberativas;***

***II – estabelecer prioridades e diretrizes a serem observadas na elaboração, atualização e execução da Política Municipal da Juventude;***

***III – avaliar, fiscalizar e controlar a execução dos Programas relacionados a Política Municipal da Juventude;***

***IV – definir parâmetros, padrões e critérios de qualidade dos serviços direcionados aos jovens, prestados pelos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito municipal;***

***V – avaliar, fiscalizar e controlar a qualidade e prestação dos serviços integrantes da Política Municipal da Juventude prestados pelos órgãos e entidades públicas municipais;***

***VI – acompanhar a programação e a gestão orçamentária e financeira do Fundo Municipal da Juventude através de balancetes mensais e demonstrativos das receitas e despesas do mesmo;***

***VII – analisar e aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Juventude;***

***VIII – apreciar os relatórios de acompanhamento das ações financiadas pelo Fundo Municipal da Juventude, bem como analisar e avaliar a situação econômico financeira do mesmo;***

***IX – definir prioridades, critérios e padrões para celebração de consórcios e convênios entre o Poder Público Municipal e demais entidades públicas ou privadas de prestação de serviços que se***



GABINETE DO PREFEITO

***relacionem com a Política Municipal da Juventude, de âmbito municipal, estadual e nacional;***

***X – promover debates, palestras audiências públicas, cursos de formação e estudos, de forma a conhecer os problemas da população jovem e mantê-la informada acerca da execução da Política Municipal da Juventude;***

***XI – fornecer subsídios para a elaboração dos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, bem como, outras competências que venham a ser atribuídas;***

***XII – promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade;***

***XIII – fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos dos jovens;***

***XIV – fomentar o associativismo juvenil, prestando apoio e assistência quando solicitado, além de estimular sua participação nos organismos públicos e movimentos sociais;***

***XV – propor a criação de canais de participação dos jovens junto aos órgãos municipais;***

***XVI – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento;***

***XVII – convocar a Conferência Municipal da Juventude;***

***XVIII – aprovar o Regimento Interno e normas de funcionamento da Conferência Municipal da Juventude.***

***Art. 3º O Conselho Municipal da Juventude é composto por 8(oito) conselheiros titulares e 8(oito) conselheiros suplentes, sendo 4(quatro) representantes da Administração Pública Municipal de 4(quatro) representantes de entidades da sociedade civil.***

***Parágrafo Único. As atividades dos órgãos da Administração Pública Municipal e das entidades da sociedade civil devem guardar relação de pertinência com as necessidades e interesses da juventude.***

***Art. 4º O Conselho Municipal da Juventude será constituído por:***

***I – 8 (oito) representantes, sendo 4 (quatro) designados pelos órgãos que compõe a administração pública municipal e 4(quatro) representantes de entidades não governamentais, e serão advindos, respectivamente, das seguintes secretarias municipais e entidades não governamentais:***

***a) um representante da Coordenadoria Municipal da Juventude;***

***b) um representante da Secretaria Municipal da Educação;***

***c) um representante da Secretaria Municipal da Agricultura;***

***d) um representante da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Captação de Recursos;***

***e) um representante da Universidade Federal do Pampa;***

***f) um representante da União Municipal dos Estudantes;***

***g) um representante da FACINTER;***

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

***h) um representante da Universidade Aberta do Brasil.***

***Parágrafo Único. As entidades governamentais e da sociedade civil serão eleitas para as funções de conselheiros para o mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.***

***Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal da Juventude convocar, por meio de edital, a Conferência Municipal da Juventude, para deliberar assuntos referentes à política da juventude.***

***§ 1º Terão direito a voto, na Conferência Municipal da Juventude, todas as entidades das sociedades civis regularmente constituídas e cadastradas no Conselho Municipal da Juventude.***

***§ 2º O cadastro das entidades junto ao Conselho Municipal da Juventude será efetivado através de procedimentos a serem regulamentados por regimento interno.***

***Parágrafo Único. Cabe a entidades escolherem seus representantes junto a Conferência Municipal da Juventude e ao Conselho Municipal da Juventude, podendo substituí-los conforme sua conveniência, desde que o faça por meio de comunicação escrita ao presidente do Conselho Municipal da Juventude.”***

Art. 2º As demais disposições da Lei ora alterada permanecem vigendo com a redação original.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 25 DE JUNHO DE 2014.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 029-14, DE 25 DE JUNHO DE 2014.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando o presente projeto de lei, que altera a Lei Municipal nº 3.014, de 2 de setembro de 2005, o qual criou o Conselho Municipal da Juventude.

Referidas alterações se fazem necessárias e imprescindíveis, em razão das significativas mudanças ocorridas nas políticas relativas à juventude, seja a nível nacional quanto estadual.

No âmbito nacional, cumpre destacar a criação da Secretaria e do Conselho Nacional da Juventude, no ano de 2005, para fortalecer ainda mais a política juvenil, consolidando-a como uma política de estado, permanente e independente do governo do país.

No âmbito estadual, o Rio Grande do Sul conta com a Coordenaria Estadual da Juventude, cujo órgão gestor é a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

As políticas voltadas para a Juventude são inúmeras, o que levou o Governo Federal a criar programas específicos, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, o Projovem Campo, o Projovem Adolescente e o Projovem Trabalhador, entre outros.

Em razão de tão significativas modificações na legislação que rege a matéria, as alterações e a reestruturação da Lei Municipal nº 3.014/2005, é medida que se impõe.

Estas, as razões que justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 25 DE JUNHO DE 2014.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito